


CURRÍCULO E IDENTIDADE CULTURAL: ALGUMAS NOTAS A PROPÓSITO DA ILHA DO PRÍNCIPE



 <https://doi.org/10.56515/PLJ99120088>

 **Ana Filipa Teles¹**
CEC-FLUL

 **Rosa Maria Sequeira²**
Universidade Aberta

Resumo: Este estudo apresenta uma reflexão sobre as principais manifestações culturais da ilha do Príncipe e a sua significação na construção dos processos identitários principenses. Foram realizadas entrevistas a docentes e dirigentes educativos sobre o papel do ensino das humanidades e o papel dum determinado corpus literário na construção da identidade cultural. A investigação demonstrou que os principenses validam positivamente um corpus literário orientado para temáticas relacionadas com o passado anterior à independência e desejam aprofundar conteúdos com maior relevância para a cultura regional contemporânea, reconhecendo que a literatura desempenha um papel determinante na criação da identidade cultural.

Palavras-chave: Cultura; identidade; literatura; colonialismo.

Abstract: This study presents a reflection on the principal cultural manifestations of Príncipe Island and their significance in the construction of Principean identity processes. Surveys were carried out with teachers and educational administrators regarding the role of humanities education and the contribution of a specific literary corpus in the construction of cultural identity. The research demonstrated that the inhabitants of Príncipe positively validate a literary corpus oriented towards themes related to the past prior to independence and wish to deepen content with greater relevance to contemporary regional culture, acknowledging that literature plays a decisive role in the creation of cultural identity.

Keywords: Culture; identity; literature; colonialism.

Introdução

A ilha do Príncipe situa-se no arquipélago de São Tomé e Príncipe, no oceano Atlântico, a nível da linha do equador. Fontes históricas consideram que a ilha terá sido descoberta no dia 17 de janeiro de 1471. Desde então, até à independência em 1975, a ilha esteve sob jurisdição portuguesa. A partir de 1995, tornou-se numa região autónoma. Consideram-se, pois, como momentos-chave da história deste território: *i)* 1471, data da descoberta da ilha; *ii)* 1975, data da

¹ ateles@letras.ulisboa.pt | <https://orcid.org/0000-0003-3593-8157>

² Rosa.Sequeira@uab.pt | <https://orcid.org/0000-0001-7501-8780>

independência nacional; *iii*) 1995, data da criação da região autónoma do Príncipe. Mais recentemente, em 2012, foi classificada como Reserva Mundial da Biosfera da UNESCO.

A meio do oceano Atlântico, no Golfo da Guiné, em frente ao Gabão, entre o Norte e o Sul em sentido geográfico e cultural, a ilha do Príncipe assume particular interesse para uma reflexão sobre práticas culturais, sociais e educativas. A sua situação geográfica, na costa ocidental de África, deu azo a que a ilha se encontrasse numa encruzilhada de tradições africanas, europeias e sul-americanas (Brasil). A cultura musical, a dança e a gastronomia caracterizam-se por uma mistura única de influências africanas e europeias. Socialmente, a ilha do Príncipe é uma comunidade pequena, na qual os valores e os costumes tradicionais são tidos em grande conta até recentemente. Os eventos sociais e as celebrações têm desempenhado um papel relevante na manutenção das tradições culturais e, desta forma, contribuído para a coesão social e o sentido de pertença.

Ainda que sejam de nacionalidade santomense e participem de uma mesma identidade insular, os principenses consideram-se diferentes do resto do país, São Tomé e Príncipe, o que os levou a requerer o estatuto de autonomia. Esta diferença reside, por exemplo, na língua falada, o *lung'ie*, na cultura gastronómica e em práticas culturais cíclicas como o teatro de rua *Auto de Floripes*, no dia 15 de agosto.

A vontade de assumir as diferenças identitárias por parte da população do Príncipe é manifesta, conforme se depreende das palavras de um autóctone da ilha inquirido nesta investigação, com funções de docência:

Há uma coisa, há uma diferença entre a cultura do Príncipe e a cultura de São Tomé. A língua é uma diferença, nós também temos a língua da culinária, é uma diferença, e a maneira de ser e de sentir também é diferente de São Tomé. Se fosse tudo igual, não havia autonomia. Então com essa diferença definiu [sic] a autonomia do Príncipe. Mas era bom também que se falasse sobre a nossa culinária, sobre a nossa maneira de ser e de sentir. [...] como é que as pessoas pensam, eu acho que isso deveria fazer parte do programa do Príncipe, para puxar pela identidade das pessoas. (Docente)

Foram estas idiossincrasias do Príncipe, reconhecidas pelos próprios principenses, que suscitaram o interesse em aprofundar os aspetos que compõem a identidade cultural da ilha, o significado atribuído ao facto de se ser *principense* e o papel que o ensino das humanidades e de um *corpus* literário em particular podem ter na construção da identidade cultural.

Esta investigação ocorreu *in situ* durante o período de trinta meses de permanência na ilha, entre janeiro e julho de 2019 e setembro de 2020 a julho de 2022, o que permitiu a imersão no contexto social e educativo e facilitou a recolha de dados de natureza qualitativa e quantitativa, através da observação participante, conversa com os ilhéus, com estudantes e agentes educativos através do inquérito por entrevista a um total de 20 informantes e de inquérito por questionário a um total de 100 informantes. Neste artigo, apenas serão consideradas as entrevistas a agentes educativos e culturais.³

Num contexto de população reduzida, as entrevistas foram aplicadas a indivíduos com experiência direta no setor educativo e cultural: 40% exercia funções docentes na disciplina de língua portuguesa e 60% eram docentes de diferentes disciplinas de humanidades e ciências, bem como do ensino básico. Foram ainda entrevistados artistas de diferentes disciplinas artísticas, como a música, a literatura e a representação para além de um dirigente com responsabilidades no setor

³ Sobre a metodologia e os resultados das respostas dos respondentes, consultar Teles (pp. 1-25). Os resultados e os perfis dos participantes foram transpostos para os Gráficos presentes nos Anexos 3 e 4 desta investigação.

da cultura. Predominam os docentes de língua portuguesa, dado que são os mais habilitados a manifestarem-se sobre aspetos do cânone lecionado no currículo. A seleção da amostra foi de carácter intencional, procurando-se assegurar a sua representatividade em termos de âmbito de atuação em posições determinantes na área da educação e da cultura. Os participantes, informados de que se tratava de uma investigação em ciências sociais destinada a estudar a formação da identidade da ilha do Príncipe, foram convidados a exprimir as suas opiniões sobre o passado, presente e futuro da cultura do Príncipe e sobre a eventual importância do ensino das humanidades para a definição da identidade cultural principense. As entrevistas foram realizadas presencialmente após o consentimento informado através de um encontro único, com a duração aproximada de 60 minutos, em diferentes espaços públicos da ilha do Príncipe, tendo-se estabelecido uma relação semi-informal entre a entrevistadora e os entrevistados, com a maioria dos quais esta mantinha uma relação regular de natureza profissional há cerca de dois anos.

Como é próprio das identidades culturais, sempre dinâmicas, sempre em construção e reconstrução, a identidade cultural da ilha também se refaz a cada ano que passa, mas subsiste neste dinamismo o mosaico cultural e étnico que a enformou desde a sua origem, com elementos da cultura do Benim, Gabão, Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. Na contemporaneidade, especialmente nos séculos XX e XXI, a exposição à cultura globalizada, através da internet, começa a fazer-se sentir fortemente na cultura da ilha, que poderá estar sujeita a uma acelerada descaracterização cultural, como, de resto, acontece um pouco por todo o mundo. Preservar a cultura, atualmente, é tão premente como preservar a natureza (Jullien, 2016).

Hábitos culturais

Este contacto direto com a população escolar durante um período de trinta meses faz concluir que os hábitos de leitura na ilha são pouco expressivos e os documentos escritos (livros e imprensa) à venda no Príncipe não abundam. Para muitos alunos que frequentam a escola secundária os únicos textos literários com que contactam são aqueles que fazem parte dos programas escolares. Neste contexto, estes programas adquirem especial relevância, pois com eles fica encerrada a sua educação literária. A análise do conteúdo literário programático do 2.º ciclo do ensino secundário do sistema de ensino santomense (10.ª, 11.ª e 12.ª classe, correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º anos do sistema de ensino português) coloca a questão se e em que medida este conteúdo influencia ou não a pertença regional.

A literatura permite fomentar a consciência relativamente a questões de justiça social e concorre para que se questionem as narrativas dominantes sobre determinados temas e visões da história. Sobre a contribuição da literatura para esta consciência, diz-nos uma docente de língua portuguesa do ensino secundário da ilha do Príncipe:

Claro que sim, contribui mesmo muito. Desde a 7.ª classe, já há obras de autores nacionais que os alunos vêm estudando. Já no 12.º ano é mais visível, onde está lá [sic] a obra de Maria Manuela Margarido e Alda do Espírito Santo, dando uma visão destas senhoras que usaram a literatura como uma arma bem forte para a libertação de São Tomé e Príncipe. Por isso, eu acho que o programa de língua portuguesa, nesse aspeto, satisfaz muito bem a identidade regional. (Docente)

No programa de língua portuguesa do 11.º ano de escolaridade, por exemplo, consta o texto do *Tchiloli* ou a *Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carolus Magno*, texto baseado na

obra do dramaturgo português Baltazar Dias. Contudo, o *Auto de Floripes*⁴, representado no Príncipe, não consta do currículo de língua portuguesa, para grande consternação dos principenses.

Esta identificação com o *Auto de Floripes* conduz à hipótese de que esta obra em particular assume uma especial importância na identidade cultural do Príncipe. Com efeito, a pesquisa realizada em 2022 fez concluir que a manifestação cultural mais marcante para os participantes foi o *Auto de Floripes*, encenado no mês de agosto na cidade de Santo António do Príncipe. Para os ilhéus, esta é a tradição com o valor identitário mais forte e que os distingue dos habitantes de São Tomé, onde se representa o *Tchiloli*. A relevância do *Auto de Floripes* para o processo identitário já se encontra, de resto, no Lugar das Neves, em Viana do Castelo, Minho, no extremo noroeste de Portugal. Tal como os minhotos desta aldeia do Alto Minho, onde existe um Núcleo Promotor do Auto de Floripes – 5 de agosto, também os principenses preparam esta festa durante o ano. Originalmente criada em honra de Nossa Senhora das Neves, a representação do auto é preparada por meio de ensaios, criação das indumentárias (que simbolizam os cristãos, com roupas azuis, e os mouros, com roupas encarnadas) e construção do cenário. Sobre a introdução deste Auto na ilha do Príncipe, todavia, subsistem muitas incertezas. A hipótese de esta prática ter sido introduzida no Príncipe antes do segundo ciclo de colonização, no século XIX, é pouco viável. Provavelmente, o *Auto de Floripes* foi levado para a ilha do Príncipe por um ou mais colonos minhotos numa fase tardia da colonização, nomeadamente no século XIX ou XX, posição defendida por Azinhal Abelho (Abelho, 1968, p. 20), que aprofundou estudos sobre o teatro popular em Portugal e que afirma ser desconhecida a data da introdução do *Auto de Floripes* na ilha. Para os principenses este auto deveria inclusivamente constar dos programas de língua portuguesa. Na opinião dum docente inquirido, a cultura da sua ilha não se encontra suficientemente representada nos programas lecionados na escola:

Para São Tomé o Tchiloli está bem representado. Mas já no Príncipe, não. Não está bem representado. Maria Manuela Margarido já é do 12.º ano. [...] é uma questão que está sendo questionada pelos alunos e pelos habitantes do Príncipe que têm conhecimento disto, porque o Auto de Floripes também devia estar dentro do programa de língua portuguesa a nível nacional. (Docente)

Embora não exista uma identidade cultural definitiva e estável, muitos autores defendem a resistência face à depauperação e ao “achatamento” generalizado da cultura através da uniformização mundial e comercial. (ver, por ex., Jullien, 2016). A preferência pelo *Auto de Floripes* parece fazer parte deste movimento que procura reabilitar uma herança transmitida de geração em geração e que liga a comunidade ao seu passado, sem que a dimensão de “fecundidade”, isto é, a cultura projetada em direção ao futuro, fique comprometida. (Jullien, 2016)

Reflexões em torno da questão identitária

Os estudos sobre identidade são extensos e abrangem diversos ramos do saber. A sua importância é indiscutível e está atualmente na agenda das políticas públicas, já que tem uma profunda influência sobre como a realidade é percebida, que alianças são estabelecidas, razões e modos de ver o mundo e capacidade de abertura ao envolvimento com pessoas diferentes. Não só o conceito de identidade é complexo como o próprio processo identitário é dinâmico: “A identidade constrói-se, desconstrói-se e reconstrói-se segundo as situações. Está em movimento incessante; cada transformação social leva-a a reformular-se de maneira diferente.” (Cucho, 1999, p. 137)

⁴ A designação do texto dramático pode variar entre *Auto da Floripes* ou *Auto de Floripes*, consoante a região, caso se trate da versão minhota ou da versão principense.

A reflexão em torno do processo identitário santomense e principense tem sido objeto de estudo de académicos santomenses, com especial destaque para Inocência Mata (Mata, 2010), cuja obra incide justamente na “polifonia” da expressão cultural deste arquipélago equatorial.

Em São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa é cada vez mais o principal código linguístico e, na ilha do Príncipe, o crescimento da população descendente de cabo-verdianos, orgulhosos da sua ascendência, tem tornado o crioulo cabo-verdiano a língua maioritária no território. Esta situação coloca desafios ao processo identitário das duas ilhas. Como recurso identitário alternativo, salientam-se os teatros de rua ligados ao ciclo carolíngio, que terão sido levados para os dois territórios por colonos portugueses. É o caso do texto típico da ilha de São Tomé, o *Tchiloli* ou *A Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carolo Magno*, com base no texto do dramaturgo madeirense do século XVI, Baltazar Dias, e o *Auto de Floripes*, típico da ilha do Príncipe. O *Tchiloli* representa-se especialmente durante a gravana (estação seca) e o *Auto de Floripes* durante as festividades locais em honra de São Lourenço. Segundo as respostas obtidas nos inquéritos, o *Auto de Floripes*, que coloca em confronto mouros e cristãos, desempenha um papel relevante como forma de união. Em agosto, durante a sua representação, todos os ilhéus procuram estar presentes. É também uma ocasião em que acorrem à ilha muitas pessoas de fora, quer nacionais, oriundos quer da ilha de São Tomé, quer turistas estrangeiros, para assistirem a esta representação. Conforme as respostas obtidas, na ilha do Príncipe, esta peça fundiu-se com a cultura africana, surgindo uma forma híbrida com elementos europeus e africanos, cuja sonoridade é executada com instrumentos como o tambor e a corneta. Um entrevistado referiu que África tem muita energia, muita vida e esses aspetos estão patentes na representação do *Auto de Floripes*, cuja interrupção durante o confinamento da pandemia da COVID-19 foi sentida com grande pesar. A vitalidade da representação da peça, com o som do batuque e os pares das duas partes, mouros e cristãos, foi também ressaltada por um dos docentes entrevistados: “algo que vemos sempre, mas não nos cansamos de ver”:

São vários os fatores que concorrem para esta visibilidade: as cores, a ação, a história, a indumentária das personagens. A história do imperador Carlos Magno retratada, a forma como se desenrola a festa no palco de rua atrai muitos visitantes [...]. (Docente)

Para os principenses o *Auto de Floripes* tem qualquer coisa de mágico, que ativa a alegria deles:

O som dos tambores, apitos, cornetas e equipamentos utilizados tornam esta manifestação cultural muito visível. Provoca curiosidade nas pessoas. O confronto entre mouros e cristãos, cruzamento do escudo e da espada, há curiosidade neste confronto, nesta disputa, entre Carlos Magno e Bailão. (Docente e agente cultural)

Estes depoimentos sobre a forma como os principenses consideram o *Auto de Floripes* remetem para a importância da identidade cultural. Com efeito, na sua reflexão sobre identidade cultural, François Jullien considera que esta funciona como uma espécie de muralha (*rempart*) que protege a nação de uma erosão cultural provocada pelos efeitos negativos da globalização. (Jullien, 2016, p. 6).

O modo como se pensa a identidade cultural, também no caso da ilha do Príncipe, tem impacto na prática política e no discurso cultural e político. De facto, como Amartya Sen refere (Sen, 2017, p 153) “a cultura não é o único fator determinante das nossas vidas e identidades. Outros fatores, como a classe, a raça [sic], o género, a profissão ou a política também têm uma importância que pode ser fundamental”. Um renovado enfoque, com a integração de novas formas de vida, uma aceitação da pluralidade de referências culturais dos diversos grupos que integram a

sociedade e o apoio à promoção de formas diversificadas de expressão cultural, poderão munir os santomenses e os principenses dos recursos necessários para dar resposta às mudanças e desafios culturais do mundo contemporâneo, nos quais os elementos económicos se conjugam com os elementos culturais.

Cultura e identidade no currículo escolar

Para o filósofo francês François Jullien (2016), a identidade cultural é um conjunto de recursos fecundos e dinâmicos, sem natureza estática ou perene, que geram sempre novas formas de cultura e podem ser acionados para unir os cidadãos em torno de algo comum. (Jullien, 2016, p. 30) Uma das estratégias apontadas por este autor é justamente ler autores comuns e canónicos. Mas quem define o cânone? Quem seleciona o que se lê na escola? Por que razão alguns autores são escolhidos e outros são preteridos? Estas questões são colocadas por Trouillot: Que história queremos contar? Que autores, que vozes escolhemos silenciar? (Trouillot, 2015)

Com um estatuto de independência alcançado somente há meio século, o Príncipe está em busca de uma identidade. De resto, a reflexão sobre a identidade alcança atualmente grande relevância quer nas nações mais recentes, quer nas mais antigas, dado que as culturas estão expostas a uma cultura global dinâmica e intensa.

Como todas as identidades culturais, a identidade cultural do Príncipe também é dinâmica, também está em construção e reconstrução, também é frágil em virtude da exposição à cultura globalizada e ao contacto com turistas estrangeiros que acorrem ao território. Caracterizada pela hibridização desde a sua origem, a sociedade do Príncipe constituiu-se com indivíduos de variadas origens em diferentes períodos da história. Para além disso, como todas as identidades na contemporaneidade, está igualmente sujeita a uma hibridização que lhe advém da fluidez das fronteiras provocada pela internet. O Príncipe tem uma identidade cultural que existe na sociedade e a nível institucional que é real e difere da identidade santomense. Parte deste sentimento decorre da ligação a um território insular diferente, já que São Tomé e o Príncipe são ilhas diferentes com percursos históricos diferentes. A cultura do Príncipe exprime a sua fecundidade primordialmente através de formas imateriais, como a dança e a música, a gastronomia e festividades cíclicas, como o *Auto de Florípes*.

No entanto, os resultados da pesquisa demonstraram que os participantes da investigação, estando conscientes da cultura da ilha, apercebem-se que esta está a mudar e a “perder-se”. Esta consciência de uma cultura em mutação, associada à sensação de perda e desvanecimento, está presente nos testemunhos dos participantes entrevistados. Para estes, a prática cultural mais relevante e expressiva que possivelmente sobreviverá à passagem dos anos e às mudanças culturais é o *Auto de Florípes*. Esta prática é transversal a todas as camadas da população da ilha e permite aculturar os membros mais jovens através da exploração das sonoridades da ilha, aliando a música à dança, com destaque para a dança *dêxa*⁵. A música e a dança são transversais à sociedade, estando sempre presentes nas diversas situações do quotidiano, numa manifestação muito evidente da forte sociabilidade dos principenses. São elas que conferem um cunho africano ao medieval *Auto de Florípes*.

Não obstante as diferentes denominações religiosas e as diferentes línguas e ascendências, é em torno do *Auto de Florípes* que a população do Príncipe se une. É uma prática cultural que simboliza justamente a hibridização cultural que caracteriza esta região autónoma, conseguindo criar um sentido de pertença e de identidade comuns ao aglutinar os ilhéus.

⁵ A *dêxa* é uma das mais importantes manifestações culturais e identitárias da ilha do Príncipe, considerada a mais típica e genuína dança desta ilha. Com raízes angolanas, trata-se de uma dança coletiva, cantada e acompanhada por instrumentos de percussão (tambor) e de sopro (corneta), apresentada em encontros comunitários, festas e celebrações.

No momento presente, a sociedade da ilha parece dar sinais de um crescendo em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária, o que não foi constante ao longo da história do arquipélago. Até à independência, em 1975, prevaleceu um viés étnico na forma de contar a história do arquipélago, com um predomínio da perspectiva dos colonos, o que nos recorda as palavras de Chimamanda Ngozi Adichie (Adichie, 2017) sobre os perigos de uma versão única da história.

Do ponto de vista do calendário das celebrações nacionais, o Massacre de Batepá, em 1953, está gravado na memória da população santomense e é assinalado todos os anos no dia 3 de fevereiro, tanto em São Tomé como no Príncipe, onde é recordado através de factos históricos reais e, eventualmente, mitificados, assumindo esta data um crescente valor simbólico e identitário para a população. A centralidade do massacre de Batepá como evento histórico e simbólico desta comunidade foi também referida por um entrevistado em resposta a uma questão da entrevista, incidindo na eventual importância de estudar a literatura relativa ao período colonial e à guerra de libertação nacional:

Sim, mas eu gostaria que mesmo [...] que houvesse um texto literário que falasse do Massacre de Batepá. Eu gostava que no programa houvesse um texto sobre isso. A Alda do Espírito Santo tem um texto sobre isso. Antigamente tínhamos de saber tudo sobre Portugal e Angola. Mas não sabíamos sobre São Tomé e Príncipe. Os alunos têm de saber o que aconteceu no passado. É importante que eles leiam os textos sobre o colonialismo. (Docente)

Os testemunhos dos entrevistados revelaram que, para os santomenses e principenses, é muito relevante abordar nas aulas questões relativas à história recente do país e a eventos que contribuem para o sentido de pertença e de comunidade. Tanto os professores entrevistados como os alunos atribuem valor à reflexão sobre a história da ilha, seja no momento passado, seja quanto ao futuro, mas com um enfoque especial no conhecimento do passado da ilha e do continente africano. Esta questão é bastante relevante, porque os ilhéus têm consciência de que a cultura da ilha está ameaçada e a sofrer profundas alterações.

Para Trouillot, há uma história que é transmitida fora do ensino formal da escola, que é passada às novas gerações nos sonhos e na poesia, uma história que vai além dos manuais de História: “Todos precisamos de histórias que nenhum livro de História pode contar [...]. Elas estão nas lições que aprendemos em casa, na poesia e nos jogos de infância, naquilo que resta da História quando fechamos os livros de História com os seus factos verificáveis.” (Trouillot, 2015, p. 71).

Ensino da literatura e educação transformadora

Em termos de ensino formal, para além do ensino da História, o ensino da literatura desempenha uma função relevante. A literatura desempenha um forte papel em termos educativos, não só porque tem o potencial de assegurar a representação de experiências, valores e perspectivas, mas também porque potencia a compreensão e a empatia entre diversos grupos (Sequeira, 2013). A escola, enquanto área de governação complementar à cultura (Vargas, 2022), certamente que desempenha um papel relevante na formação da identidade. Os países adotam programas a nível nacional, cujo objetivo consiste em desenvolver competências e, simultaneamente, promover uma cultura comum a todos os cidadãos. Neste contexto, as obras literárias selecionadas são escolhidas com um determinado propósito e certamente concorrem para a génese da identidade cultural. Num mundo que se pretende de paz, até que ponto é urgente explorar conteúdos didáticos sobre a realidade da devastação e da guerra? Assim, um aspeto relevante é a importância da educação para a criação de uma cultura de paz e de segurança. A este respeito podemos citar a reflexão em torno da identidade nacional no *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz* (Instituto da

Defesa Nacional 14), onde esta surge como um fator fundamental para a construção partilhada da segurança, da defesa e da paz no mundo global e interdependente.

Assumindo-se, neste sentido, a consciência sobre o poder da literatura na transmissão de valores identitários e da promoção na coesão social, uma questão a considerar é a da identidade cultural que se pretende desenvolver nos principenses. As obras que atualmente constam dos programas escolares do Príncipe são lecionadas a nível nacional e concorrem para a promoção de uma cultura e identidade comuns, contribuindo para a coesão nacional em torno dessa cultura e desses valores comuns. Por esta razão, aumentar a consciência sobre o processo identitário possibilitará à ilha do Príncipe responder aos desafios que se lhe deparam no futuro e definir estratégias políticas consequentes, a par de uma afirmação regional e internacional. Nesta reflexão sobre o processo identitário na ilha, importa referir as teses da autora norte-americana Gloria Ladson-Billings (1995), no âmbito da “pedagogia culturalmente relevante” (*culturally relevant pedagogy*), eventualmente enquadrável na corrente de pensamento *woke*, nas quais defende o poder da leitura para o empoderamento dos jovens leitores afroamericanos.

A literatura ajudou a configurar a identidade cultural da ilha do Príncipe e foi, nalguns casos, uma importante arma da luta contra o colonialismo. Autores nativos da ilha contribuíram fortemente com as suas obras para a configuração dessa identidade, como foi o caso de Marcelo da Veiga (1989), autor de *O Canto do Osobó*, e de Maria Manuela Margarido (1957), autora de *Alto como o Silêncio*. Ambos, ainda que com distintas abordagens, marcaram a cultura do arquipélago com obras em que refletiram sobre questões políticas e culturais das duas ilhas.

São muitos os desafios colocados ao ensino da literatura no Príncipe, entre os quais as tipologias textuais adotadas no currículo e a respetiva disponibilidade no território. A opção por textos indisponíveis nas bibliotecas e no mercado, numa ilha onde não existe uma livraria, deveria ser evitada. Seria positivo adotar medidas que promovessem a democracia cultural, inclusivamente no acesso aos materiais de ensino. Nos conteúdos estudados, tanto na ilha como globalmente, a opção por textos que promovam a paz revela-se particularmente relevante na contemporaneidade.

O Estado santomense, composto em termos étnicos e em termos geográficos, precisa necessariamente de programas escolares que promovam a coesão nacional e unam os cidadãos em torno de valores e de uma cultura comum. Por essa razão, os programas de língua portuguesa são adotados a nível nacional pois a promoção de culturas minoritárias pode fragmentar a coesão nacional. Existe, assim, uma tensão entre a promoção da cultura regional do Príncipe e a coesão nacional resultante de programas escolares que promovem valores nacionais, o que poderá justificar a inclusão do *Tchiloli* nos programas escolares e a exclusão do *Auto de Floripes*.

Volvidas cinco décadas desde a independência nacional (1975) e trinta anos desde o processo de autonomia da ilha do Príncipe (1995), a seleção de um *corpus* literário voltado para questões atuais poderá ajudar a posicionar os cidadãos do Príncipe como cidadãos globais. Globalmente existe uma urgência em abordar nas escolas as questões prementes para a humanidade, como as alterações climáticas, a sustentabilidade dos recursos da Terra, entre outros temas urgentes. Esta questão coloca-se, de resto, a propósito de São Tomé. Sendo as aulas de língua portuguesa um espaço de partilha de várias culturas, um programa que incluía a literatura nacional santomense, regional do Príncipe, a literatura portuguesa pela voz de autores contemporâneos e a literatura mundial poderia ser uma forma de desenvolver nos alunos a consciência crítica intercultural e valores de cidadania global, por meio de conteúdos relevantes, contribuindo para a eclosão de uma nova identidade cultural, voltada para o futuro e para as oportunidades e desafios que se colocam atualmente à humanidade. Neste contexto, o ensino das humanidades e a programação cultural são instrumentais na promoção da identidade insular e na coesão da população. É necessário ir além do pensamento binário que opõe nacional, regional; nacional, estrangeiro. Os desafios que se colocam atualmente necessitam de uma educação transformadora (United Nations Organization, 2023) a nível global. Os exemplos que dão Paulo

Freire (Freire, 1983) e Martha Nussbaum (Nussbaum, 2019) podem ser vias para essa educação transformadora.

Relativamente ao momento presente, a observação de páginas na internet permitiu inferir que a identidade da ilha se constrói com recurso ao património natural. Contudo, a população não parece destacar particularmente a riqueza natural como um forte elemento identitário. O rico património natural da ilha tem chamado a atenção de organizações não governamentais estrangeiras que têm levado a cabo um trabalho de sensibilização da população dirigido à proteção da natureza, de forma a incutir nos ilhéus principenses o cuidado pela sua fauna e flora através de projetos diversos, tais como a proteção das tartarugas e das aves. Também as políticas de promoção do turismo sustentável incutem paulatinamente uma cultura de conservação da natureza na ilha. Uma consciência crescente face ao património natural parece estar na génese de um crescente sentimento de orgulho e de unidade da comunidade em torno do património natural, que se torna mais premente desde que a ilha foi classificada como património da biosfera pela UNESCO em 2012. Por conseguinte, constata-se no presente uma certa consciência de que a identidade está a mudar. Há perdas. Há recursos culturais a desvanecer. Mas há ganhos. Há recursos identitários que parecem estar a emergir e a crescer. Uma consciência do património natural está eventualmente a afirmar-se na população, em resultado das ações das políticas públicas santomenses, das organizações não governamentais e das ações de responsabilidade social do setor privado que opera na ilha na área do turismo sustentável. O património natural poderá ter um forte potencial como política de identidade a definir pelo governo regional no futuro.

Quanto à questão *O que significa ser principense?* verificaram-se diferentes respostas. Para alguns participantes, significa ser descendente de principenses há algumas gerações. Estas respostas provêm sobretudo daqueles que se consideram “genuínos”, ou seja, os legítimos descendentes dos pioneiros da ocupação do território. A ilha do Príncipe, como muitos outros territórios que se situavam nas rotas económicas dos impérios europeus, foi povoada por habitantes de diferentes proveniências, pelo que poucos - ou mesmo nenhuns - são puramente autóctones. No caso da ilha, o território e a geografia ainda são importantes fatores de pertença identitária, sobretudo quando os habitantes são oriundos de tão díspares origens.

No processo identitário do Príncipe, a língua desempenha um forte papel. Consciente de que o número de falantes do *lung'ie*, o crioulo autóctone do Príncipe, está a decrescer, o governo regional desenvolve ações de revitalização da língua, através da reintrodução do *lung'ie* no currículo escolar. Mas a razão de ser desta língua deixou de existir na medida em que já não é, como outrora, uma forma de resistência e de proteção do *ingroup* dos falantes numa sociedade colonial e estratificada. Assim, a sua instrumentalização é agora questionada. A fecundidade deste recurso cultural está a esgotar-se e os incentivos ao seu renascimento são quiçá improdutivos, mesmo que na escola se façam tantos esforços para salvar este código. O latim, língua de elites, foi ensinado na Europa durante séculos, muito para além do tempo em que já falecera o último falante. Apesar de ser uma língua morta, manteve a sua riqueza longamente como recurso cultural profundamente fecundo. O *lung'ie* não foi a língua das elites da ilha. Numa época em que a população se encontra em crescimento acentuado, com um aumento tendencial dos descendentes dos trabalhadores cabo-verdianos, que tornam o crioulo cabo-verdiano a língua maioritária no Príncipe, as jovens gerações de principenses tendem a não reconhecer o *lung'ie* como língua dos antepassados. O *lung'ie* não será nem língua da família, nem a antiga língua das elites e da cultura cultivada, como foi outrora o latim na Europa, para os jovens aprendentes deste idioma. A reintrodução do *lung'ie* encontra-se, pois, numa encruzilhada. O ensino do *lung'ie* passa por estratégias de literacia patrimonial adotadas regionalmente, mas a questão apresenta complexidades e desafios. Não apenas o ensino do *lung'ie* mas também toda a educação precisa de ser repensada. Como a ONU defende (United Nations Organization, 2023), é necessário capacitar os alunos para viverem num mundo com grandes desafios no futuro, um porvir no qual a ação climática desempenha papel preponderante.

Conclusão

Numa sociedade que se revela compósita, como é a sociedade do Príncipe, a educação desempenha um papel fundamental para a construção de um tecido social mais forte, para a igualdade de género e para uma maior coesão social (United Nations Organization, 2023). As pessoas partilham um mesmo território, mas alguns aspetos fundamentais da identidade cultural, como a língua e religião, por exemplo, variam, o que é prejudicial para a coesão. A atuação do Estado é fulcral neste momento histórico. Através do conhecimento da própria História e tradições, fomentado por políticas públicas promovidas pelo Estado, poderá ser possível minimizar o eventual impacto da globalização e das diversas diplomacias públicas e culturais nesta comunidade insular, controlando e minimizando esse impacto.

A investigação permitiu concluir, em suma, que a população da ilha quer aprofundar o seu conhecimento sobre a sua cultura e está consciente de que está em curso uma mudança em alguns aspetos depauperadora para o seu património material e imaterial. Face a tamanhos desafios, o investimento numa educação transformadora torna-se particularmente premente tal, como, de resto, a ONU preconiza (United Nations Organization, 2023).

Referências

- Abelho, Azinhal. *Teatro popular português. Entre-Douro-e-Minho: Do carolíngio ao maiato*. Pax, 1968.
- Adichie, Chimamanda Ngozi. "The Danger of a Single Story." TED Talk, 2009.
- Chimamanda Ngozi Adichie: The danger of a single story | TED Talk . Acedido em 28 de outubro de 2025.
- Cuche, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Fim de Século Edições, 1999.
- Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1983.
- IDN – Instituto da Defesa Nacional. *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz*. Ministério da Educação e Ciência, 2014.
- Jullien, François. *Il n'y a pas d'identité culturelle : mais nous défendons les ressources d'une culture*. L'Herne, 2016.
- Ladson-Billings, Gloria. "Toward a theory of culturally relevant pedagogy". *American educational research journal*, vol. 32, no. 3, 1995, pp. 465-491.
<https://doi.org/10.2307/1163320>
- Margarido, Maria Manuela. *Alto como o silêncio*. Europa-América, 1957.
- Mata, Inocência. *Polifonias Insulares. Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*. Colibri, 2010.
- Nussbaum, Martha. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. Edições 70, 2019.
- Sen, Amartya. *Identidade e violência: A ilusão do destino*. Tinta da China, 2007.
- Sequeira, Rosa Maria. "A literatura na aula de língua estrangeira e a competência intercultural." *Revista de Estudos Literários*, 2013, pp. 211-229.
- Teles, Ana Filipa. 2024. *Vozes Educacionais e Culturais da ilha do Príncipe: Uma reflexão sobre identidade(s)*. Universidade Aberta, Tese de Doutoramento. Repositório Aberto da Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/16212>
- Trouillot, Michel-Rolph. *Silencing the past: Power and the production of history*. Beacon Press, 2015.
- United Nations. *Our Common Agenda Policy Brief 10: Transforming Education*. United Nations, 2023.
- Vargas, Carlos. *Governança da Cultura*. Húmus, 2022.
- Veiga, Marcelo da. *O canto do Ossóbó*. Alac, 1989.